



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### **TERMO DE AUDIÊNCIA - CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **0003153-41.2013.8.26.0566** (nº de ordem 372/13)  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Inadimplemento**  
 Requerente: **Imobiliária Alcobaça Ltda**  
 Requerido: **Benedito Osvaldo Boaventura**  
 Data da audiência: 01/04/2014 às 13:30h

Aos 01 de abril de 2014, às 13:30h, na sala de audiências da 2ª Vara Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. Paulo César Scanavez, comigo Escrevente Técnico Judiciário ao final nomeado, foi aberta a audiência de conciliação nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, presentes se encontravam a advogada do autor, Dra. Izadora Regina Struziato Fontana; o réu e seu advogado, Dr. Samuel Augusto Brunelli Benedicto. Proposta a conciliação, foi aceita pelas partes, nos termos seguintes: O executado pagará á exequente, pelo principal e acréscimos R\$ 26.844,00, sendo R\$ 2.850,00 até o dia 22/04/14, e o restante em parcelas mensais e consecutivas de R\$ 400,00 cada uma, vencendo-se a primeira em 22/05/14 e as demais no dia 22 dos meses subsequentes. O valor das parcelas acima ajustadas será reajustado a cada período anual pelos índices do IGPM. O executado deverá comparecer ao escritório da exequente, em 48h, para retirar os boletos para os pagamentos ora ajustados. Se o executado deixar de pagar qualquer das parcelas ora ajustadas, este acordo ficará automaticamente prejudicado, podendo o juiz ordenar a alienação do imóvel penhorado (fls. 62/80), independente de qualquer preliminar providência. As partes consignam esse tipo de ajuste pois anteriormente a exequente concedeu ao executado em sete oportunidades distintas, a possibilidade do pagamento parcelado, acordos esses não cumpridos pelo executado. Por força do distrato social ora exibido pela exequente, desde já requer sua **substituição** pela nova titular dos direitos de crédito e de ação, qual seja, **A.M. EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS CIDADE ARACY LTDA – CNPJ 51.824.712/0001-66**. Pede seja anotada essa substituição, obrigando-se a advogada a, em 5 dias, exibir o instrumento de mandato da nova exequente. **O executado** exibiu instrumento de mandato judicial e declaração de hipossuficiência, tendo o Juiz concedido ao executado a **gratuidade** solicitada, determinando seja **anotada**. O Juiz decidiu: "Homologo o acordo a que chegaram as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Há resolução de mérito, nos termos do inciso III do art. 269 do CPC. Publicada nesta audiência, saem os presentes intimados. Registre. Caso o executado não cumpra o pagamento de qualquer das parcelas supra, dar-se-á o automático desfazimento deste acordo, quando então o processo terá regular desenvolvimento com a realização da praça eletrônica. Providencie a **substituição do polo ativo**, nos termos supra, com as **anotações** necessárias." EM TEMPO: As partes pediram a desistência do prazo recursal. O Juiz deliberou: "Homologo a desistência supra." NADA MAIS. Eu, \_\_\_\_\_ Rosana Gomes Scanavez, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM. Juiz (assinatura digital):

Adv<sup>a</sup>. da Requerente (Alcobaça):

Requerido: (Benedito)

Adv. do Requerido: